

**ACORDO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE
A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A
REPÚBLICA ISLÂMICA DA MAURITÂNIA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Islâmica da Mauritânia,
(doravante denominados "Partes" e individualmente como "Parte")

Reconhecendo a importância da cooperação entre ambos os países no plano educacional,

Conscientes de que o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global exige uma nova abordagem para buscar a excelência de seus recursos humanos, e

No intuito de incrementar a cooperação educacional e interuniversitária entre ambos os países, reforçando a amizade entre o Brasil e a Mauritânia,

Acordaram o seguinte:

Artigo I
Objetivos

O presente Acordo, sem prejuízo dos convênios firmados diretamente entre instituições de ensino e/ou outras entidades afins de ambos os países, no setor público ou privado, tem por objetivo:

9

- a) Incentivar a cooperação em matéria de educação e conhecimento científico, de forma a contribuir para o entendimento mútuo dos dois países, no âmbito das suas respectivas legislações;
- b) A formação de professores e pesquisadores, bem como o desenvolvimento da mobilidade universitária;
- c) O intercâmbio de informações e experiências no campo da educação; e
- d) O reforço da cooperação entre equipes de pesquisa.

Artigo II

Consecução dos objetivos

As Partes procurarão alcançar os objetivos estabelecidos no Artigo I promovendo atividades de cooperação nos diferentes níveis e áreas de ensino, por meio de:

- a) intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores, técnicos e especialistas para a realização de cursos de graduação, mestrado ou doutorado em instituições de educação superior;
- b) intercâmbio de missões de ensino e pesquisa;
- c) intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, seja a longo ou curto prazo, para desenvolver atividade específicas acordadas previamente entre instituições de ensino;
- d) elaboração e execução conjuntas de qualquer projeto de pesquisa definido de comum acordo entre as Partes, de acordo com as legislações respectivas.

Artigo III

Língua e Cultura

Cada Parte incentivará o ensino e a divulgação da sua cultura e língua no território da outra Parte.

Artigo IV

Reconhecimento e Revalidação

O reconhecimento e/ou revalidação, em uma das Partes, de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior da outra estarão sujeitos à legislação nacional da primeira.

Artigo V

Ingresso

O ingresso de estudantes de uma Parte em cursos do primeiro, segundo ou terceiro ciclo da outra Parte será regido pelos processos seletivos de cada Parte. Os estudantes que se beneficiarem

de acordos ou programas específicos estarão sujeitos às normas de seleção e conduta estabelecidas por esses instrumentos.

Artigo VI

Sistemas de bolsas e auxílios

As Partes poderão, se for o caso, estabelecer sistemas de bolsas e/ou oferecer auxílios a estudantes e pesquisadores para seu desenvolvimento acadêmico e profissional, de acordo com a legislação de cada país.

Artigo VII

Financiamento

As Partes determinarão, por meio de instrumentos apropriados, as modalidades de financiamento das atividades deste Acordo, conforme a legislação vigente em cada país.

Artigo VIII

Direito de propriedade intelectual

As Partes assegurarão que os direitos de propriedade intelectual eventualmente gerados ao abrigo do presente Acordo sejam protegidos pelas respectivas leis e regulamentos nacionais. Os direitos de propriedade intelectual obtidos no âmbito de atividades conjuntas serão determinados de acordo com condições de comum acordo e estabelecidas em contratos e acordos separados.

Artigo IX

Emendas

1. O presente Acordo poderá ser alterado por acordo mútuo entre as Partes, mediante troca de notas diplomáticas, desde que seu objetivo não seja alterado.
2. As alterações entrarão em vigor em conformidade com o artigo XI do presente Acordo.
3. Qualquer modificação feita conforme o parágrafo anterior constituirá parte integral do presente Acordo.

Artigo X

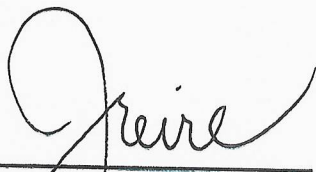
Resolução de disputas

As disputas relativas à interpretação e/ou aplicação do presente Acordo serão resolvidas por negociações diretas entre as Partes, por meio dos canais diplomáticos.

Artigo XI
Entrada em vigor, duração e denúncia

1. O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data de recebimento da segunda notificação pelas Partes de seu cumprimento dos respectivos procedimentos legais internos.
2. O presente Acordo é celebrado por um período de cinco (5) anos e automaticamente renovado por períodos de igual duração, exceto se houver declaração em contrário por uma das Partes. A denúncia do Acordo será notificada por via diplomática, com antecedência mínima de 6 (seis) meses.
3. A denúncia do presente Acordo não tem impacto na conclusão de projetos, programas ou atividades em curso, salvo acordo em contrário entre as duas Partes.

Feito em Nouakchott, em 24 de setembro de 2024, em três exemplares originais, em português, em árabe e em francês, sendo todos os exemplares igualmente autênticos. Em caso de divergência na interpretação do presente Acordo, a versão em francês prevalecerá.



Pelo Governo da República
Federativa do Brasil

Exmo.Sr. EVALDO FREIRE
Embaixador do Brasil em
Nouakchott



Pelo Governo da República Islâmica
Federativa da Mauritânia

Exmo.Sr. Dr.YACOUB MOINE
Ministro do Ensino Superior e da
Pesquisa Científica.

**ACCORD EN MATIÈRE D'ÉDUCATION
ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL
ET LA RÉPUBLIQUE ISLAMIQUE DE MAURITANIE**

La République fédérative du Brésil

Et

La République Islamique de Mauritanie

(Désignées ci-après les « Parties » ou individuellement comme « Partie »)

Reconnaissant l'importance de la coopération entre les deux pays dans le domaine de l'éducation,

Conscients que le rythme accéléré du développement scientifique et technologique mondial exige une nouvelle approche dans la recherche de l'excellence pour leurs ressources humaines, et

Désireux de renforcer la coopération interuniversitaire et éducationnelle entre les deux pays, dans le but de resserrer les liens d'amitié entre le Brésil et la Mauritanie,

Sont convenus de ce qui suit:

Article 1

Objectifs

Le présent Accord, sans préjudice des accords directement signés entre institutions éducatives et/ou tout autre organisme similaire des deux pays, qu'ils appartiennent au secteur public ou privé, vise :

- a. L'incitation à la coopération en matière d'éducation et de connaissance scientifique, afin de contribuer à l'entente mutuelle des deux pays, dans le cadre de leur législation respective ;
- b. La formation de professeurs et de chercheurs ainsi que le développement de la mobilité universitaire ;
- c. L'échange d'informations et d'expériences dans le domaine de l'éducation, et
- d. Le renforcement de la coopération entre équipes de recherche.

2

Article 2

Accomplissement des objectifs

Les Parties remplissent les objectifs fixés dans l'Article 1 à travers la mise en place d'activités de coopération à différents niveaux et pour différents domaines d'enseignement par le biais de :

- a. L'échange d'étudiants, de professeurs, de chercheurs, de techniciens et d'experts pour suivre des cours de premier, deuxième et/ou troisième cycle dans des institutions d'enseignement supérieur ;
- b. L'échange de missions éducatives et de recherche ;
- c. L'échange d'étudiants, de professeurs et de chercheurs, pour une longue ou une courte période, afin de développer des activités déterminées par des accords préalables entre institutions d'enseignement supérieur, et
- d. L'élaboration et l'exécution conjointe de tout projet de recherche défini par accord mutuel entre les Parties, conformément à leurs législations respectives.

Article 3

Langue et Culture

Chaque Partie encourage l'enseignement et la diffusion de sa culture et de sa langue dans le territoire de l'autre Partie.

Article 4

Reconnaissance et revalidation

La reconnaissance et/ou revalidation, par une Partie, des diplômes et titres universitaires décernés par les institutions d'enseignement supérieur de l'autre Partie est réglementée par la législation nationale de la première.

Article 5

Admission

L'admission d'étudiants d'une Partie dans des cursus de premier, deuxième et troisième cycle proposés par l'autre Partie est régie par les procédures de sélection de chaque Partie. Les étudiants bénéficiant d'accords ou de programmes spécifiques sont soumis aux règles et procédures établis par ceux-ci.

Article 6

Systèmes de bourses et aides

Les Parties peuvent, le cas échéant, mettre en place des systèmes de bourses et/ou proposer des aides aux étudiants et chercheurs en vue de leur développement universitaire et professionnel, conformément à la législation de chaque pays.

Article 7

Financement

Les Parties déterminent, à travers les instruments adéquats, les modalités de financement des activités du présent Accord, conformément à la législation en vigueur dans chaque pays.

Article 8

Droits de propriété intellectuelle

Les Parties veillent à ce que les droits de propriété intellectuelle éventuellement générés dans le cadre du présent Accord soient protégés par les lois et règlements nationaux respectifs. Les droits de propriété intellectuelle obtenus dans le cadre d'activités conjointes sont déterminés selon des conditions fixées d'un commun accord et établis dans des contrats et accords séparés.

Article 9

Amendements

1. Le présent Accord peut être amendé d'un commun accord par les Parties moyennant un échange de notes diplomatiques, pour autant que son objectif ne soit pas altéré.
2. Les amendements entrent en vigueur conformément à l'article 11 du présent Accord.
3. Toute modification apportée conformément au paragraphe précédent fait partie intégrante du présent Accord.


Article 10

Règlement des différends

Les différends concernant l'interprétation et/ou l'application du présent Accord sont réglés par des négociations directes entre les Parties, par la voie diplomatique.

Article 11

Entrée en vigueur, durée et dénonciation

1. Le présent Accord entre en vigueur trente (30) jours après la date de réception de la deuxième notification par les Parties de sa conformité avec les procédures légales internes respectives.
 2. Le présent Accord est conclu pour une période de cinq (5) ans, et automatiquement reconduit pour des périodes de même durée sauf déclaration contraire de l'une des Parties. La dénonciation de l'accord est notifiée par la voie diplomatique, avec un préavis d'au moins six (6) mois.
 3. La dénonciation du présent Accord n'a pas d'incidence sur l'achèvement des projets, programmes ou activités en cours, sauf accord contraire entre les deux Parties.
- 

Em foi de quoi, les soussignés, dûment autorisés à cet effet par leurs Gouvernements respectifs, ont signé le présent Accord.

Fait à Nouakchott , le 24 Septembre 2024, en trois exemplaires originaux, en portugais, arabe et en français, chaque version faisant également foi. En cas de divergence dans l'interprétation du présent Accord, la version française prévaudra.



Pour le Gouvernement de la
République Fédérative du Brésil

S.E.M EVALDO FREIRE
Ambassadeur du Brésil à
Nouakchott.



Pour le Gouvernement de la République
Islamique Fédérative de Mauritanie

S.E.M YACOUB MOINE
Ministre de l'Enseignement Supérieur et
de la Recherche Scientifique.

اتفاق في مجال التعليم

بين جمهورية البرازيل الفيدرالية

والجمهورية الإسلامية الموريتانية

جمهورية البرازيل الفيدرالية

و

الجمهورية الإسلامية الموريتانية

(يُشار إليهما فيما بعد بـ "الطرفين" أو بشكل فردي بـ "الطرف")

إذ تدركان أهمية التعاون بين البلدين في مجال التعليم، وإذ تسلمان بأن التطور العلمي والتكنولوجي العالمي السريع يتطلب نهجاً جديداً في السعي نحو التميز للموارد البشرية، وإذ ترغبان في تعزيز التعاون الجامعي والتعليمي بين البلدين، بهدف تعزيز الروابط الودية بين البرازيل وموريتانيا، اتفقتا على ما يلي:

المادة 1

الأهداف

تهدف هذه الاتفاقية، دون المساس بالاتفاقيات المبرمة مباشرة بين المؤسسات التعليمية و/أو أي هيئة مماثلة من البلدين، سواء كانت في القطاع العام أو الخاص، إلى:

أ- تعزيز التعاون في مجال التعليم والمعرفة العلمية، من أجل المساهمة في التفاهم المتبادل بين البلدين، في إطار التشريعات الوطنية الخاصة بهما.

ب- تدريب المدرسين والباحثين وتعزيز التنقل الجامعي.

ج- تبادل المعلومات والخبرات في مجال التعليم.

د- تعزيز التعاون بين فرق البحث.

المادة 2

تحقيق الأهداف

تعمل الأطراف على تحقيق الأهداف المنصوص عليها في المادة 1 تحقق الأطراف الأهداف المنصوص عليها في المادة 1 من خلال تنفيذ أنشطة التعاون على مستويات مختلفة وفي مجالات تعليمية متنوعة عبر:

أ- تبادل الطلاب والمدرسين والباحثين والفنيين والخبراء لحضور دورات الدراسات العليا في مؤسسات التعليم العالي.

ب- تبادل البعثات التعليمية والبحثية.

ج- تبادل الطلاب والمدرسين والباحثين لفترات طويلة أو قصيرة لتنمية الأنشطة المحددة بموجب اتفاقيات مسبقة بين مؤسسات التعليم العالي؛

د- إعداد وتنفيذ مشاريع البحث المشتركة المحددة بموجب اتفاق متبادل بين الأطراف، وفقاً للتشريعات الوطنية لكل منهما.

المادة 3

اللغة والثقافة

يشجع كل طرف تعليم ونشر ثقافته ولغته في أراضي الطرف الآخر.

المادة 4

الاعتراف وإعادة التوثيق

يُنظم الاعتراف و/أو إعادة التوثيق، من قبل أحد الأطراف، بالشهادات والألقاب الجامعية التي تمنحها مؤسسات التعليم العالي للطرف الآخر بموجب التشريعات الوطنية للطرف الأول.

المادة 5

القبول

يتم قبول الطلاب من إحدى الأطراف في برامج الدراسات العليا المقدمة من الطرف الآخر وفقاً لإجراءات الاختيار المحددة لكل طرف. يُخضع الطلاب المستفيدين من اتفاقيات أو برامج محددة للقواعد والإجراءات المنصوص عليها في تلك الاتفاقيات أو البرامج.

المادة 6

أنظمة المنح الدراسية والمساعدات

يمكن للأطراف، عند الاقتضاء، إنشاء أنظمة للمنح و/أو يمكن للأطراف، إذا لزم الأمر، إنشاء أنظمة للمنح الدراسية و تقديم مساعدات للطلاب والباحثين لتعزيز تطويرهم الأكاديمي والمهني، وفقاً للتشريعات في كل بلد.

المادة 7

التمويل

تحدد الأطراف، من خلال الآليات المناسبة، شروط تمويل أنشطة هذه الاتفاقية وفقاً للتشريعات السارية في كل بلد.

المادة 8

حقوق الملكية الفكرية

تضمن الأطراف حماية حقوق الملكية الفكرية التي قد تنشأ في إطار هذه الاتفاقية بموجب القوانين واللوائح الوطنية المعنية. تحدد حقوق الملكية الفكرية التي تنشأ في إطار الأنشطة المشتركة بشروط يتم الاتفاق عليها وتحديدها في عقود واتفاقيات منفصلة.



المادة 9

التعديلات

- 1- يمكن تعديل هذه الاتفاقية بموافقة متبادلة من الأطراف من خلال تبادل مذكرات دبلوماسية، شريطة ألا يتم تغيير هدفها.
- 2- يدخل التعديل حيز التنفيذ وفقاً للمادة 11 من هذه الاتفاقية.
- 3- يُعتبر أي تعديل أدخل بموجب الفقرة السابقة جزءاً لا يتجزأ من هذه الاتفاقية.

المادة 10

تسوية المنازعات

تُحل النزاعات المتعلقة بتفسير و/أو تنفيذ هذه الاتفاقية من خلال مفاوضات مباشرة بين الأطراف، عبر القنوات الدبلوماسية

المادة 11

النفاز والمدة والانسحاب

- 1- تدخل هذه الاتفاقية حيز التنفيذ بعد ثلاثين (30) يوماً من تاريخ استلام الإشعار الثاني من الأطراف بمطابقته للإجراءات القانونية الداخلية المعمول بها.
- 2- يبرم هذا الاتفاق لمدة خمسة (5) سنوات، ويُجدد تلقائياً لفترات مماثلة ما لم تعلن إحدى الأطراف عن خلاف ذلك. يتم الإلغاء عبر إشعار دبلوماسي، مع فترة إشعار لا تقل عن ستة (6) أشهر.
- 3- لا يؤثر إلغاء هذه الاتفاقية على إتمام المشاريع أو البرامج أو الأنشطة الجارية، ما لم يتم الاتفاق على خلاف ذلك بين الأطراف.

وإثباتاً لما تقدم، قام الموقعون أدناه، المفوضون لهذا الغرض من قبل حكوماتهم، بالتوقيع على هذه الاتفاقية.

تم في نواكشوط في الرابع والعشرين من سبتمبر/أيلول سنة ألفين وأربعة وعشرين، بثلاث نسخ أصلية، بالعربية والبرتغالية والفرنسية، ويعتبر كل نص منهما ملزماً. في حالة اختلاف في تفسير هذه الاتفاقية، يُعتبر النص الفرنسي هو الساري.

نيابة عن حكومة جمهورية البرازيل الفيدرالية

سعادة السيد إيفالدو فريير

سفير البرازيل في نواكشوط

نيابة عن حكومة الجمهورية الإسلامية الموريتانية

د. يعقوب أمين

معالي وزير التعليم العالي والبحث العلمي